

**MEDIDA CAUTELAR NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO
FUNDAMENTAL 363 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
REQTE.(S) : SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS,
PENSIONISTAS E IDOSOS DA FORÇA SINDICAL
ADV.(A/S) : TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: **CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE ATIVA DE ENTIDADE SINDICAL DE PRIMEIRO GRAU, AINDA QUE DE ÂMBITO NACIONAL. PRECEDENTES. POSSIBILIDADE DE CONTROLE PRÉVIO, PELO RELATOR DA CAUSA, DOS REQUISITOS FORMAIS INERENTES AO CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO (RTJ 139/67). FISCALIZAÇÃO CONCENTRADA DE CONSTITUCIONALIDADE: PROCESSO DE CARÁTER OBJETIVO. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DE SITUAÇÕES INDIVIDUAIS E CONCRETAS. PRECEDENTES.**
ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO **NÃO** CONHECIDA.

- Os Sindicatos, mesmo aqueles de âmbito nacional, não dispõem de legitimidade ativa para o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

– **No âmbito** da estrutura sindical brasileira, **somente** a Confederação Sindical – *que constitui entidade de grau superior* – **possui** qualidade para agir, *em sede de controle normativo abstrato*, **perante** a Suprema Corte (CF, art. 103, IX). **Precedentes.**

– O controle normativo de constitucionalidade **qualifica-se como típico processo de caráter objetivo**, **vocacionado exclusivamente** à defesa, *em tese*, da harmonia do sistema constitucional. **O exame** de relações jurídicas concretas **e** de situações individuais **constitui** matéria juridicamente estranha **ao domínio** do processo de fiscalização concentrada de constitucionalidade. **Precedentes.**

DECISÃO: **Trata-se** de arguição de descumprimento de preceito fundamental, com pedido de medida cautelar, que, **ajuizada pelo Sindicato Nacional** dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical – SINDNAPI, **busca conferir** interpretação conforme à Constituição ao art. 2º da Lei nº 4.749/65 **e** ao art. 3º do Decreto nº 57.155/65.

O art. 2º desse diploma legislativo **assim dispõe:**

“Art. 2º – Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação referida no artigo precedente, de uma só vez, metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.

§ 1º – O empregador não estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.

ADPF 363 MC / DF

§ 2º – O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.” (grifei)

Sustenta-se, na presente sede de controle normativo abstrato, **em síntese**, **o que se segue**:

“O Poder Executivo e as entidades sindicais representantes da categoria dos aposentados e pensionistas celebraram acordo, há quase 10 anos, com a finalidade de antecipar o pagamento do décimo terceiro salário destes.

Referido acordo vigeu até o ano de 2010, de modo que mesmo após o término de sua vigência o Poder Executivo vem mantendo o que foi acordado, de modo tácito.

Ocorre que, é fato público e notório na mídia falada e escrita que este ano o Poder Executivo NÃO VAI ANTECEIPAR O DÉCIMO TERCEIRO DOS APOSENTADOS, conforme se verifica na documentação acostada.

O requerente representa mais de 30 milhões de aposentados e pensionistas de todo país, e, está demasiadamente preocupado, pois diante do cenário exposto na mídia, bem como em virtude de reunião com o ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, sobre a antecipação de metade do décimo terceiro salário na folha deste mês, o qual não sinalizou pelo pagamento da antecipação do abono dos aposentados.

O autor da presente ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), foi informado que o decreto para liberar a antecipação da primeira parcela do 13º salário, foi enviado à pasta do Ministro Joaquim Levy (Ministro da Fazenda) há um mês e até o momento não foi dado andamento ao mesmo e, nem tampouco, fora dada qualquer informação à sociedade brasileira.

A República Federativa do Brasil, tem como fundamento principal o direito à cidadania, bem como, à dignidade da pessoa humana.

Ocorre que no caso aqui trazido a apreciação do Poder Judiciário, o abono salarial dos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social, tem natureza alimentar.

Cumprе ressaltar, que é desse direito (aposentadoria e décimo terceiro salário), que os aposentados e pensionistas brasileiros, mantem sua própria subsistência.” (grifei)

Impõe-se examinar, desde logo, **questão preliminar** concernente à legitimidade ativa “*ad causam*” do arguente, **em face** do que se contém no art. 2º, inciso I, da Lei nº 9.882/99, **que assim dispõe**:

“Art. 2º Podem propor arguição de descumprimento de preceito fundamental:

I – os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade.” (grifei)

Vê-se, de referida norma legal, que a arguição de descumprimento de preceito fundamental **somente** poderá ser utilizada por aqueles **cuja legitimação** encontre suporte **no rol taxativo** inscrito no art. 103 da Constituição da República, **que define** os órgãos, pessoas **e** instituições **investidos** de qualidade para agir em sede de fiscalização normativa abstrata.

O exame dessa questão prévia **leva-me a reconhecer a presença de obstáculo** cuja existência **implica a impossibilidade de reconhecimento** da legitimidade ativa do *Sindicato Nacional* dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINDNAPI) **para o processo** de fiscalização concentrada de constitucionalidade.

É que, como se sabe, as entidades sindicais **de primeiro** (Sindicatos) **ou de segundo** (Federações) graus, **não obstante de âmbito nacional, não dispõem** de qualidade para agir, **perante** o Supremo Tribunal Federal, **em**

ADPF 363 MC / DF

sede de controle normativo abstrato, **falecendo-lhes**, em consequência, **em face** da regra de legitimação **estrita** consubstanciada no art. 103, IX, da Constituição, **a prerrogativa** para ajuizar a respectiva ação direta **ou** a concernente arguição de descumprimento de preceito fundamental (**RTJ** 129/957 – **RTJ** 130/516 – **RTJ** 134/50 – **RTJ** 143/27 – **RTJ** 143/441 – **RTJ** 157/885 – **ADI 54/DF**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – **ADI 1.149/DF**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO – **ADI 1.562-QO/União Federal**, Rel. Min. MOREIRA ALVES):

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA LIMINAR. CONVÊNIOS ICMS. TRANSPORTE AÉREO CIVIL COMERCIAL. ILEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO. NÃO CONHECIMENTO DA AÇÃO, PREJUDICADA A MEDIDA CAUTELAR.

Ilegitimidade do sindicato proponente que não configura uma confederação, nem pode ser visto como associação, em nível nacional, de classe organizada em certo número de unidades federadas.

Ação não conhecida, restando prejudicada a liminar.”

(**ADI 920-MC/DF**, Rel. Min. FRANCISCO REZEK – grifei)

Na realidade, **a jurisprudência** desta Corte, **atenta** ao que dispõe o art. 103, IX, da Constituição, **firmou-se** no sentido de reconhecer **às Confederações sindicais** – e a estas apenas (**RTJ** 195/752-754, v.g.) –, dentre as entidades e organizações **que compõem** a estrutura sindical brasileira, **o poder de ativar** a jurisdição constitucional de controle “*in abstracto*” do Supremo Tribunal Federal (**ADI 797/DF**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – **ADI 1.795/PA**, Rel. Min. MOREIRA ALVES, v.g.), **recusando**, em consequência, **igual** legitimidade ativa **aos Sindicatos** e às **Federações sindicais**, **ainda que de âmbito nacional** (**RTJ** 135/495 – **RTJ** 135/853 – **RTJ** 138/421 – **RTJ** 143/831 – **RTJ** 144/434 – **RTJ** 145/101-102 – **RTJ** 151/3 – **RTJ** 151/743 – **RTJ** 172/52 – **RTJ** 177/641 – **ADI 151-QO/RS**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **ADI 299/DF**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA –

ADPF 363 MC / DF

ADI 398/DF Rel. Min. SYDNEY SANCHES – ADI 1.177/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO – ADI 1.953/ES, Rel. Min. ILMAR GALVÃO):

“No campo da organização sindical, só a Confederação, não a Federação (mesmo de âmbito nacional), é parte legítima para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do art. 103, IX, da Constituição.”

(RTJ 146/421, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI – grifei)

“CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DIRETA. ILEGITIMIDADE ATIVA DE ENTIDADE SINDICAL DE PRIMEIRO GRAU, AINDA QUE DE ÂMBITO NACIONAL. AÇÃO DIRETA DE QUE NÃO SE CONHECE.

– Os Sindicatos, mesmo aqueles de âmbito nacional, não dispõem de legitimidade ativa para o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

– No âmbito da estrutura sindical brasileira, somente a Confederação Sindical – que constitui entidade de grau superior – possui qualidade para agir, em sede de controle normativo abstrato, perante a Suprema Corte (CF, art. 103, IX). Precedentes.”

(ADI 4.064-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

É importante acentuar que essa orientação tem sido observada, de modo invariável, nesta Suprema Corte, **como o registram** diversos julgados deste Tribunal:

“AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ENTIDADE SINDICAL DE SEGUNDO GRAU. ART. 103, IX, PRIMEIRA PARTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ILEGITIMIDADE ATIVA ‘AD CAUSAM’.

1. A agravante busca demonstrar sua legitimidade ativa mesclando indevidamente duas das hipóteses de legitimação previstas no art. 103 da Constituição Federal. Porém, sua inequívoca natureza sindical a exclui, peremptoriamente, das

demais categorias de associação de âmbito nacional. **Precedentes:** ADI 920-MC, rel. Min. Francisco Rezek, DJ 11.04.97, ADI 1.149-AgR, rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 06.10.95, ADI 275, rel. Min. Moreira Alves, DJ 22.02.91 e ADI 378, rel. Min. Sydney Sanches, DJ 19.02.93.

2. **Não se tratando de confederação sindical** organizada na forma da lei, **mas de entidade sindical de segundo grau** (federação), **mostra-se irrelevante** a maior ou menor representatividade territorial **no que toca** ao atendimento da exigência contida **na primeira parte** do art. 103, IX, da Carta Magna. **Precedentes:** ADI 1.562-QO, rel. Min. Moreira Alves, DJ 09.05.97, ADI 1.343-MC, rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 06.10.95, ADI 3.195, rel. Min. Celso de Mello, DJ 19.05.04, ADI 2.973, rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 24.10.03 e ADI 2.991, rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 14.10.03.

3. **Agravo regimental improvido.**"

(**RTJ 195/924**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – grifei)

"MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (...). PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES. PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE ATIVA DE FEDERAÇÃO SINDICAL E DE SINDICATO NACIONAL PARA PROPOR AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PRELIMINAR DE CONHECIMENTO.

1. **Preliminar:** legitimidade ativa 'ad causam'. O Supremo Tribunal Federal, **em inúmeros julgamentos**, tem entendido **que apenas as confederações sindicais** têm legitimidade ativa **para requerer** ação direta de inconstitucionalidade (CF, art. 103, IX), **excluídas as federações sindicais e os sindicatos nacionais.** **Precedentes.**

Exclusão dos dois primeiros requerentes da relação processual [FASUBRA e ANDES], mantido o Partido dos Trabalhadores. (...)."

(**ADI 1.599-MC/DF**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA – grifei)

“Ação direta de inconstitucionalidade: ilegitimidade ativa ‘ad causam’ da Federação Nacional dos Administradores – FENAD – para questionar, na via do controle direto, a constitucionalidade da MPr 293, de 8.5.06, que ‘dispõe sobre o reconhecimento das centrais sindicais para os fins que especifica’.

É da jurisprudência do Supremo Tribunal que, no âmbito das entidades sindicais, a questionada legitimação é privativa das confederações (v.g., ADIn 398, 01.02.91, Sanches, RTJ 135/495; ADIn 17, 11.03.91, Sanches, RTJ 135/853; ADIn 360, 21.09.90, Moreira, RTJ 144/703; ADIn 488, 26.04.91, Gallotti, RTJ 146/42; ADIn 526, 16.10.91, RTJ 145/101; ADIn 689, 29.03.92, Néri, RTJ 143/831; ADIn 599, 24.10.91, Néri, RTJ 144/434; ADIn 772, 11.09.92, Moreira, RTJ 147/79; ADIn 164, 08.09.93, Moreira, RTJ 139/396; ADIn 935, 15.09.93, Sanches, RTJ 149/439; ADIn 166, 05.09.96, Galvão, DJ 18.10.96; ADIn 1795, 19.03.98, Moreira, DJ 30.4.98; AgADIn 1785, 08.06.98, Jobim, 7.8.98).”

(ADI 3.762-AgR/DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – grifei)

É por essa razão que o Supremo Tribunal Federal, **tendo em consideração** o que prescreve o art. 2º, I, da Lei nº 9.882/99, **não tem conhecido** de arguições de descumprimento de preceito fundamental, **quando** ajuizadas, **como sucede** na espécie, **por quem não dispõe** de legitimidade ativa para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade (**ADPF 11/SP**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **ADPF 19/DF**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – **ADPF 20/DF**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA – **ADPF 23/RJ**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **ADPF 25/DF**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **ADPF 27/RJ**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA – **ADPF 28/DF**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **ADPF 29/MG**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **ADPF 30/DF**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **ADPF 31/DF**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA – **ADPF 38/RJ**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **ADPF 48/SP**, Rel. Min. AYRES BRITTO – **ADPF 91/RO**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **ADPF 104-MC/SE**, Rel. Min.

ADPF 363 MC / DF

CÁRMEN LÚCIA – ADPF 120-MC/MG, Rel. Min. AYRES BRITTO – ADPF 140-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

Nem se diga, de outro lado, que o SINDNAPI, não obstante o seu caráter sindical, **poderia legitimar-se** ao ajuizamento da presente arguição de descumprimento, **sob a alegação** de que **também** se qualificaria *como entidade de classe de âmbito nacional*.

Cabe ter presente, neste ponto, **que o inciso IX** do art. 103 da Constituição **prevê** duas hipóteses de legitimação para agir **em sede** de fiscalização abstrata, **referindo-se**, de um lado, à “*confederação sindical*”, e, de outro, à “*entidade de classe de âmbito nacional*”.

Trata-se de situações que não são intercambiáveis, **não se admitindo**, por isso mesmo, e **para efeito** de ativação da jurisdição de controle “*in abstracto*”, que uma entidade sindical **de primeiro grau**, **demitindo-se**, *momentaneamente*, de sua condição sindical, **invoque**, *por uma questão de conveniência processual*, **a qualidade** de entidade de classe de âmbito nacional.

O Plenário desta Corte, **quando se defrontou** com semelhante situação, **afastou-a**, por entender **indevida** a mesclagem “*das hipóteses de legitimação previstas no art. 103 da Constituição Federal*”, **advertindo** que a natureza sindical da entidade “*a exclui, peremptoriamente, das demais categorias de associação de âmbito nacional, entendimento firmado nesta Corte em homenagem ao princípio hermenêutico de que não existem palavras inúteis na Constituição*” (ADI 3.506-AgR/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE – grifei).

Vê-se, daí, não dispor o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical – SINDNAPI de legitimidade ativa “*ad causam*” **para fazer instaurar** este processo objetivo de controle normativo abstrato.

2. **Mesmo** que se pudesse superar essa questão prévia, **ainda assim subsistiria** obstáculo ao conhecimento da presente arguição de descumprimento, **que se reveste de caráter autônomo e abstrato, eis que o que se visa, na realidade, é a satisfação concreta** de direitos e interesses individuais (pagamento, em uma só parcela, da primeira metade correspondente ao 13º salário).

Cumpr **acentuar**, neste ponto, ante a sua inteira pertinência, que o sistema de controle normativo abstrato de constitucionalidade **não permite** que, em seu âmbito, se discutam **situações individuais ou se examinem interesses concretos**.

A importância de qualificar-se, o controle normativo abstrato de constitucionalidade, como processo objetivo – vocacionado, como precedentemente enfatizado, à proteção “in abstracto” da ordem constitucional – **impede**, por isso mesmo, a apreciação de qualquer pleito que vise a **resguardar interesses de expressão concreta e de caráter individual**.

Isso significa, portanto, que, em face da natureza objetiva de que se reveste o processo de fiscalização concentrada de constitucionalidade, **nele não se discutem situações individuais** (RTJ 170/801-802, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **eis que inadmissível proceder** à “defesa de direito subjetivo” (Min. CÉLIO BORJA, “in” ADI 647/DF – RTJ 140/36-42) em sede de controle normativo abstrato:

**“CONTROLE ABSTRATO DE
CONSTITUCIONALIDADE – PROCESSO DE CARÁTER
OBJETIVO – IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DE
SITUAÇÕES INDIVIDUAIS E CONCRETAS.**

– O controle normativo de constitucionalidade **qualifica-se** como típico processo **de caráter objetivo**, vocacionado, **exclusivamente** à defesa, **em tese**, da harmonia do sistema constitucional. **A instauração** desse processo objetivo **tem por função instrumental** viabilizar o julgamento **da validade abstrata** do ato estatal em face da Constituição da República. **O exame de**

relações jurídicas concretas e individuais constitui matéria juridicamente estranha ao domínio do processo de controle concentrado de constitucionalidade.

A tutela jurisdicional de situações individuais, uma vez suscitada a controvérsia de índole constitucional, há de ser obtida na via do controle difuso de constitucionalidade, que, supondo a existência de um caso concreto, revela-se acessível a qualquer pessoa que disponha de interesse e legitimidade (CPC, art. 3º)."

(RTJ 164/506-509, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

3. **Cumpra assinalar**, ainda, outro obstáculo à viabilidade da presente arguição de descumprimento. **É que a receada situação de dano alegada** nos presentes autos **acha-se descaracterizada** em face da manifestação da Presidência da República, **que divulgou**, em nota oficial, no dia 24/08/2015, "**que o adiantamento de 50% do 13º Salário dos Benefícios de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (gratificação natalina) será pago integralmente na Folha de Setembro (creditada a partir do dia 24/09). Os outros 50% da gratificação natalina serão pagos na Folha de Novembro, conforme a rotina tradicional**" (grifei).

A superveniência desse fato **reveste-se de caráter processualmente relevante**, pois **implica** o reconhecimento da existência de situação configuradora de **prejudicialidade**, **apta a operar como causa de extinção anômala** deste processo de controle normativo abstrato.

Vê-se, portanto, qualquer que seja o ângulo sob o qual se examine a presente causa, **que as razões ora expostas tornam incognoscível** esta ação constitucional.

Registro, finalmente, que a inviabilidade da presente arguição de descumprimento de preceito fundamental, **em decorrência** das razões ora expostas, **justifica** a seguinte observação: **no desempenho** dos poderes processuais de que dispõe, **assiste ao Ministro Relator competência plena** para exercer, **monocraticamente**, o controle **das ações**, pedidos ou recursos

ADPF 363 MC / DF

dirigidos ao Supremo Tribunal Federal, **legitimando-se**, em consequência, os atos decisórios que, *nessa condição*, venha a praticar.

Impõe-se referir, neste ponto, **que o Pleno** do Supremo Tribunal Federal **reconheceu a inteira validade constitucional** da norma legal **que inclui**, na esfera de atribuições do Relator, **a competência para** negar trânsito, **em decisão monocrática**, a recursos, pedidos **ou ações**, quando incabíveis, estranhos à competência desta Corte, intempestivos, sem objeto **ou** que veiculem pretensão incompatível com a jurisprudência **predominante** do Tribunal (**RTJ 139/53** – **RTJ 168/174-175**).

Nem se alegue que esse preceito legal **implicaria** transgressão **ao princípio da colegialidade**, eis que o postulado em questão **sempre** restará preservado **ante a possibilidade** de submissão da decisão singular **ao controle recursal** dos órgãos colegiados no âmbito do Supremo Tribunal Federal, **consoante** esta Corte tem **reiteradamente** proclamado (**RTJ 181/1133-1134**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **AI 159.892-AgR/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

Cabe enfatizar, por necessário, **que esse entendimento jurisprudencial** é também aplicável aos processos objetivos de controle concentrado de constitucionalidade (**ADI 563/DE**, Rel. Min. PAULO BROSSARD – **ADI 593/GO**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – **ADI 2.060/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **ADI 2.207/AL**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **ADI 2.215/PE**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **ADPF 104-MC/SE**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, *v.g.*), **eis que**, tal como já assentou o **Plenário** do Supremo Tribunal Federal, o ordenamento positivo brasileiro **“não subtrai** ao Relator da causa o poder de efetuar – enquanto responsável pela ordenação e direção do processo (**RISTF**, art. 21, I) – o controle prévio dos requisitos formais da fiscalização normativa abstrata, o que inclui, dentre outras atribuições, o exame dos pressupostos processuais e das condições da própria ação direta” (**RTJ 139/67**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

ADPF 363 MC / DF

Sendo assim, *pelas razões expostas*, **não conheço** da presente arguição de descumprimento de preceito fundamental, **notadamente por não assistir** legitimidade ativa “*ad causam*” ao autor **para fazer** instaurar, **perante** o Supremo Tribunal Federal, **o processo** de controle normativo abstrato, **restando prejudicada**, *em consequência*, **a análise** do pedido de medida liminar.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 27 de agosto de 2015 (22h55).

Ministro CELSO DE MELLO

Relator